

## **Os Reflexos da Educação a Distância na Construção da Identidade Microterritorial: a Experiência do Terceiro Setor em Pequizeiro – Tocantins**

Geraldo da Silva Gomes

*Instituição: Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS  
geraldo.sg@unitins.br*

Nelson Russo de Moraes – Mestre

*Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS  
nelson.rm@unitins.br*

Claudemir Andreaci

*Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS  
andreaci.ca@unitins.br*

### **Resumo**

A partir da relação dos acadêmicos, de Pequizeiro – Tocantins, dos cursos de graduação, na modalidade de Educação a Distância – EaD da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, com as tecnologias da informação e comunicação, se pode perceber marcas de novos modelos identitários presentes nos grupamentos e organizações sócio-culturais desse espaço microterritorial. Empoderamento, organização sócio-política, identidades e mediação tecnológica e educacional são aspectos abordados no presente texto. A presença e mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs tem possibilitado uma análise da estrutura das organizações comunitárias e seus exercícios de reconstrução e revalorização de esforços e experiências das localidades. Como objeto central, toma-se o novo papel assumido por universitários e egressos dos cursos de graduação EaD - UNITINS nas organizações da sociedade civil, no momento histórico em que rompem com o ciclo migratório, que outrora drenava os universitários das pequenas localidades para os grandes centros, privando essas comunidades de participar de processos sócio-evolutivos mais consistentes.

### **Introdução**

A utopia das políticas sociais universalistas, que marcaram fortemente as sociedades agrária e operária urbana desenhou também o limite de possibilidades das comunidades microterritoriais interioranas, afinal no momento histórico e social que se sonhava coletivamente com as benesses trazidas por um estado forte e presente em resposta as necessidades sociais, conforme apontavam os resultados do *new deal* norte americano implantado no ano de 1932, para que pensar e valorizar os esforços e as ações locais? O esvaziamento das ações sócio-comunitárias ocorreu sob a égide e os ditames do Estado, que fomentava a possibilidade e o imaginário de um universalismo social pleno e pronto para o atendimento de todos. Mas as estruturas deficitárias de gestão, aliadas ao aumento significativo das demandas levam as nações do mundo a readaptarem seus propósitos de *welfare state*, de acordo com as especificidades de cada um, como destaca ANDERSEN:

Os países escandinavos seguiram até recentemente um a estratégia de expansão do emprego no setor público induzida pelo próprio Welfare State. Os países anglo-saxões – em particular a Grã-bretanha, a Nova Zelândia e os Estados Unidos – favorecem uma estratégia de desregulamentação dos salários e do mercado de trabalho, combinada a um certo grau de erosão do Welfare State. E, finalmente, os países da Europa Continental, como a França, a Alemanha e a Itália favorecem uma estratégia de redução induzida da oferta de mão de obra. As três estratégias estavam

intimamente ligadas à natureza de cada Welfare State. (SPING-ANDERSEN, 1995 apud COELHO, 2000, p. 35-36).

No Brasil, o desenho de um Estado de Bem Estar Social pautado sobre a implantação de alguns programas sociais, estruturação da previdência social e a consolidação das leis trabalhistas, além da industrialização forçosamente impelida nas décadas de 1940 e 1950, também estava fadado a um enfraquecimento estrutural nas décadas de 1960 e 1970, quer seja pela insuficiência de gestão do Estado ou pela pauperização das condições econômico-orçamentárias de todas as áreas relacionadas ao investimento público para o atendimento de demandas sociais. Draibe (1997), em seus estudos, destaca razões muito fortes e arraigadas à história da América Latina, para o fracasso da implantação do Estado de Bem Estar Social, como a baixa equidade na implantação de programas sociais e o alto índice de exclusão social, além da centralização excessiva e a falta de estruturas de regulação por parte do Estado.

Neste cenário social microterritorial brasileiro, destacadamente no meio rural, tinha-se ao final das décadas de 1970 e de 1980 alguns ensaios do ressurgimento de redes de cooperação, principalmente no âmbito das comunidades de assentamentos rurais e no bojo dos trabalhos de ajuda humanitária desenvolvidos pela igreja. O contraponto deste novo desenho societário, que postulava maior participação e controle público, foi a configuração de redes de interesses particulares e político-partidários que permearam as relações destas organizações da sociedade civil – OSCs com os governos municipais, transformando muitas das primeiras experiências associativistas pós-ditadura militar em círculos viciados, onde não foi rara a observação de OSCs coordenadas por pessoas ou grupos ligados aos gestores públicos, em uma configuração explícita de – no mínimo – pouca participação social. Para Pietro (2002, p.227), o risco de que trata esse item existe a partir da criação, por particulares, de ISFLs (instituição sem fins lucrativos) que passaram a receber continuamente subsídios públicos sem obediência aos detalhes das Leis 9.790 (Lei do Terceiro Setor) e 8666 (Lei das Licitações), assim como aos próprios princípios constitucionais, caracterizando-se, em alguns casos a estruturação de parcerias ilegais.

O cenário cultural e político de pouca participação comunitária e de estabelecimento de relações subjetivas e obscuras para o empoderamento social pode, em geral, ser trabalhado pelas universidades, através de ações inclusivas ao ensino, da promoção da pesquisa ou da extensão universitária. Mas nos microterritórios interioranos esta resposta não viria, a princípio, pela ação da academia, pois o acesso a ela também se configurava, até a última década do século XX, como fator de esvaziamento do diálogo e da propositura de um modelo societário mais participativo nessas localidades.

A vaga atuação pública na promoção do ensino médio, que culminara no reduzido número de escolas, na falta de estrutura, de qualificação e valorização do docente já seria fator de grande desmobilização comunitária para o seu amadurecimento crítico-participativo, culminando ainda na perda de jovens estudantes para o mercado de trabalho informal e, na maioria das vezes, insalubre das lavouras, extrações de madeira e mesmo das carvoarias. Mas o fator determinante da composição deste panorama de pouca inserção do jovem na busca da composição de novas estruturas sociais microterritoriais era a distância de centros urbanos onde as universidades públicas ou privadas estavam instaladas.

No Brasil, até a edição da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentada pelo Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005), a única modalidade de ensino superior era o presencial, disponível nos centros urbanos com população que possibilitasse a manutenção das turmas de graduação. A demanda reprimida do ensino superior das pequenas cidades e localidades mais isoladas acabava em parte por desistir da graduação, encerrando seus estudos ao final do ensino médio, enquanto

uma pequena parte migrara para as cidades maiores para poder ter acesso às universidades. O fato é que os estudos e a correlação destes com a sociedade marcam ainda mais a vida dos universitários migrantes, culminando no cerceamento do seu retorno para os microterritórios de origem e reforçando ainda mais o sistema político de pouca participação e ausência de empoderamento social.

Percebe-se, ao longo dos anos, que ao chegar nos grandes centros urbanos, ou àquele centro que lhe oferece novas perspectivas sociais e econômicas, o jovem universitário migrante de pequenas localidades adere às novas reflexões acerca de demandas da sociedade, de modo que problemas como o transporte coletivo, a coleta do lixo e a poluição de mananciais, que não eram temas de preocupação direta em sua comunidade, passam a constituir a correlação entre a formação de sua identidade profissional e a aplicabilidade de conceitos e conhecimentos. Por extensão, ao final de quatro anos de academia, os formandos já se encontrariam desvinculados das temáticas de sua região de origem, de onde já estariam definitivamente desligados.

### **A UNITINS e o Núcleo de Gestão Social**

Neste cenário de poucos mecanismos participativos, um novo composto começou a ser desenhado, onde atores sociais de setores diferentes passaram a se relacionar em uma complexa rede de cooperação social e econômica, sempre a partir de suas compatibilidades institucionais, possibilidades de parceria e interesses de sustentabilidade ou visibilidade. Os microterritórios, destacadamente interioranos, se constituem então no espaço ideal para os engendramentos entre o poder público, empresas, comunidades e suas organizações em finalidades lucrativas.

A rede de relações inter-institucionais estabelecida nos microterritórios, a postura do universitário e do egresso de cursos de graduação precisa estar mais voltado às demandas da sociedade, que conforme FISCHER (2002), acaba por definir o perfil do gestor social, ou seja o profissional que conduz o seu fazer profissional muito além da delimitação mínima da profissão, abarcando aspectos relacionados à responsabilidade e a ética, ou conforme define:

O gestor social é um mediador multiqualificado, situando-se em um contínuo que vai da capacidade de dar respostas eficazes e eficientes às situações cotidianas a de enfrentar problemas de alta complexidade. (FISCHER, 2002, p.30).

Sob o prisma da importância e da responsabilidade das universidades na estruturação de mecanismos de fortalecimento de sua ação no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, mas também na composição de respostas claras e diretas aos anseios da comunidade de seu entorno, e aqui se deve estabelecer que a busca dos melhores meios pedagógicos e tecnológicos para se formar um profissional altamente voltado à gestão social, a UNITINS assume um posicionamento estratégico por estar presente em todas as regiões brasileiras.

Neste sentido, a partir de sua ampla rede de atendimento, estruturada sobre as mais diversas realidades microterritoriais e estando presente nas mais remotas localidades, a UNITINS criou em 2006 o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gestão Social – EaD que, constituído por docentes envolvidos diretamente no ensino, pesquisa e extensão da universidade, está focado na problematização estabelecida sobre a efetividade da prática social e da colaboração para o desenvolvimento sustentável da educação a distância nos microterritórios, a partir da sistematização do padrão de envolvimento dos universitários e egressos para com as causas e demandas de sua comunidade.

### **A metodologia**

O Núcleo de Gestão Social desenvolve estudos acerca dos impactos da educação a distância nas comunidades e territórios, partindo do pressuposto que ao constituir sua identidade profissional em sua comunidade de origem, os acadêmicos e egressos se inter-relacionam com as demandas e desafios locais, fazendo com que seus estudos e trabalhos acadêmicos produzam reflexão sobre seu papel e responsabilidade, bem como possam fazer novas leituras das relações estabelecidas entre os diversos atores envolvidos com a comunidade, principalmente por meio das organizações do terceiro setor.

Conhecer para compreender a efetividade da participação social e comunitária dos universitários e egressos dos cursos de graduação, na modalidade de educação a distância da UNITINS, na região de Pequizeiro – Estado do Tocantins, tornou-se um objetivo bastante interessante nesta pesquisa, especialmente pela representatividade do cenário nacional e pelos atores que participam do contexto social e econômico nesta localidade.

Alguns critérios preliminares foram utilizados para se eleger o município de Pequizeiro, no Estado do Tocantins, como cenário para esta investigação, como suas características sociais e econômicas, sua história, seu posicionamento geográfico e a existência de organizações da esfera pública, do terceiro setor e mesmo de empresas com elevados investimentos em projetos naquele município, detalhes que serão abordados na apresentação do cenário da pesquisa.

Para que possam existir condições à compreensão do processo de investigação sobre o tema, torna-se necessário esclarecer os procedimentos utilizados, da metodologia aos instrumentos, a abordagem, fundamentação teórica e aplicabilidade. Neste sentido é importante entender a metodologia, o eixo escolhido para a condução do estudo realizado que, conforme Minayo (1994, p. 16), entende-se “[...] por metodologia, o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”.

Para definição da metodologia, se faz necessário entender que o presente veicula-se a história, sem pretensões ou tendências a participar da construção do cenário em perspectiva. A metodologia da pesquisa sócio-histórica foi a opção adequada a esta investigação, também por sua dinâmica de maior entendimento e interpretação dos fatos e atores que compõem o objeto estudado, extrapolando os levantamentos e pesquisas estatísticas. Como define Cosac (1998):

[...] a metodologia da pesquisa sócio-histórica, entendida como um processo dinâmico, objetivo e natural estabelecido entre a realidade investigada e a lógica do pensamento, manifestados nos depoimentos dos sujeitos, atores deste cenário. (COSAC, 1998, p. 48).

Fundamentado por Minayo (1994), evidencia-se que a leitura da realidade histórica permite melhor compreensão dos significados e intencionalidade do objeto de estudo.

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente, marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de teorias sociais. (MINAYO, 1994, p. 13).

Considerando que este trabalho constitui-se em um princípio do processo investigatório como um todo, caracteriza-se como pesquisa exploratória, principalmente dada a amplitude das temáticas envolvidas neste campo, com destaque para a gestão social, a responsabilidade social empresarial e o empoderamento social a partir da utilização das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação na EaD – Educação a Distância.

Para a coleta de informações optou-se pela abordagem quanti-qualitativa, para que inicialmente se estabeleça o perfil do município e sua população em termos percentuais ou em números absolutos, pois conforme Rodrigues:

[...] leitura quanti-qualitativa é aquela em que o investigador supera o preconceito para com os “números” e aprende a articulá-los às esferas subjetivas que os dados empíricos lhe oferecem. Ler o movimento da realidade, requer o aprendizado do pensamento plural, sustentado pelo princípio da diversidade, da possibilidade de expressão da diferença, sem necessidade de uniformizar esses movimento e tornar essa realidade uma unanimidade. (RODRIGUES, 1999, p. 57).

Na busca de informações importantes para vislumbrar o perfil histórico, geográfico, político-administrativo e econômico-social do município, cenário da pesquisa, explorou-se fontes secundárias oficiais, como atlas e mapas, além do acesso as pesquisas e recenseamentos realizados por institutos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Para a realização desta pesquisa, tomou-se como universo os 145 universitários e egressos de cursos de graduação da modalidade de educação a distância da UNITINS, residentes na microrregião do município de Pequiizeiro (municípios tocantinsenses de Pequiizeiro, Araguacema, Arapoema, Colméia, Guaraí e Couto Magalhães, além de Conceição do Araguaia – Estado do Pará) presentes na I Jornada de Gestão Social em EaD da universidade, que aconteceu naquele município no dia 31 de março de 2007. A partir desta representação dos universitários e egressos da universidade, um grupo foi selecionado para compor amostra não probabilística intencional, conforme estratégia adequada ao objeto de estudo. Segundo Lehfeld (1991):

As amostras não probabilísticas são compostas de forma acidental ou intencionalmente, nela os elementos não são selecionados aleatoriamente [...] de acordo com uma estratégia adequada, os elementos da amostra são escolhidos. Estes relacionam-se intencionalmente com as características estabelecidas. (LEHFELD, 1991, p. 41).

Apenas três critérios foram adotados neste trabalho para a seleção da amostra de universitários, partindo-se do universo de 145 anteriormente descrito:

- Que seja egresso ou universitário de cursos de graduação da modalidade de educação a distância da UNITINS e, sendo universitário, que esteja matriculado e frequente no último semestre/período de seu curso;
- Que resida em Pequiizeiro, Estado do Tocantins;
- Que participe de algum programa, projeto de cunho sócio-educativo ou ambiental, ou ainda de instituições do terceiro setor.

Após a aplicação destes critérios, foram desenvolvidas, como suporte pedagógico, oficinas de construção coletiva de mapas conceituais acerca das potencialidades e desafios do microterritório da região de Pequizeiro e da sub-bacia hidrográfica do rio Bananal-Araguaia, onde se encontra localizado. A adoção da construção de mapas conceituais, como alternativa à entrevista serviu para se ter acesso, de maneira qualitativa, a partir do diálogo e do consenso, aos anseios e dificuldades encontradas pelos acadêmicos e egressos da região, acerca de atuais estruturas políticas, demandas sociais e alternativas organizacionais para a promoção de maior participação e empoderamento social.

Segundo Moreira e Buchweitz (1993), o mapeamento conceitual é uma técnica utilizável em diversas situações devido a sua flexibilidade, como um instrumento didático, na análise curricular e como mecanismo de avaliação. Na I Jornada de Gestão Social, o mapeamento conceitual fora utilizado como instrumento didático capaz de promover a reflexão coletiva acerca de algumas temáticas centrais da comunidade.

### **O microterritório de Pequizeiro – TO**

O município de Pequizeiro está localizado na sub-bacia hidrográfica do rio Bananal-Araguaia, juntamente com outros municípios que partilham características e desafios comuns, dentre as quais se podem destacar parte das belezas da região do vale do médio rio Araguaia e o elevado índice de desmatamento da vegetação original. A história do município (e da região) remonta o ciclo de extração do cristal do início do século XX, sendo que a economia posteriormente fundamentou-se sobre o cultivo da banana e agora a bovinocultura de leite, que já vai perdendo espaço para o cultivo da soja, ciclos que reforçam as características agrícolas de sua economia e comunidade.

Com população de 4.594 habitantes (segundo dados do censo demográfico de 2000 do IBGE), Pequizeiro possui 50% de sua população residente no meio rural, principalmente nos oito assentamentos instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pelo Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS, nos anos da década de 1980 e 1990. Seu índice de desenvolvimento humano – IDH é de 0,659, números expressados de maneira concreta em um considerável número de famílias dependentes dos mecanismos de assistência social do poder público, bem como alto índice de evasão escolar ao final da primeira e segunda etapas do ensino fundamental.

O município tem como referência duas cidades de médio porte, Guarái – TO (a 60 km), situada na BR 153 – rodovia Belém/Brasília – e de Conceição do Araguaia – PA (também a 60 km), situada às margens do rio Araguaia. A sua situação ambiental não é boa e já no início da década de 1990 encontrava-se na incômoda situação de participar da listagem dos municípios amazônicos com mais elevado índice de desmatamento, com 82,75% de vegetação natural devastada, segundo dados oficiais do Ministério do Meio Ambiente.

Como equipamentos sociais o município de Pequizeiro conta com quatro escolas públicas, sendo que duas atendem a primeira etapa do ensino fundamental (municipais), a terceira atende a segunda etapa do ensino fundamental (estadual) e a quarta é exclusivamente dedicada ao ensino médio (estadual); na área da saúde um ambulatório e duas equipes do Programa de Saúde da Família – PSF prestam o atendimento básico, enquanto a assistência social conta com programas estaduais e federais, além do atendimento emergencial e pequenos projetos municipais.

Na área da formação acadêmica é importante ressaltar que as primeiras turmas do curso de Normal Superior, na modalidade de Educação a Distância, da UNITINS foram instaladas em Pequizeiro no ano de 2001, seguidas das turmas de Pedagogia e, neste ano de 2007, o curso de Letras. Outra opção escolhida por alguns acadêmicos do município são os cursos de Serviço Social, Administração e Ciências Contábeis, instalados a 25 km, no vizinho município de Colméia – TO.

### **Resultados e análises preliminares**

A análise e interpretação dos dados, segundo Minayo (1994, p. 69), apresenta as seguintes finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, como também responder as perguntas formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado”. Neste sentido, apropriando-se dos mapas conceituais construídos coletivamente nas oficinas da I Jornada de Gestão Social EaD, pode-se desenvolver algumas reflexões acerca dos reflexos da EaD nos microterritórios brasileiros e, que estão expressados nesta parte do trabalho.

Nas oficinas do dia 31 de março de 2007, em Pequizeiro – Tocantins, os trabalhos desenvolvidos pelos grupos, apontam para uma nova realidade em construção nos microterritórios brasileiros, onde os acadêmicos de diversos cursos de graduação, na modalidade de educação a distância, desdobram seus conhecimentos junto a esferas de diálogo participativo, muitas vezes resumidas a escola pública, movimentos sociais ou organizações da sociedade civil, mas que ecoam pelas comunidades provocando reflexos positivos no empoderamento social e fortalecendo o papel inclusivo e promotor do desenvolvimento da educação a distância no Brasil.

Um primeiro aspecto, bastante importante, notado é que em Pequizeiro, assim como em outros municípios que participaram da I Jornada de Gestão Social, a quase totalidade dos egressos das turmas do curso de Normal Superior da UNITINS – EaD são docentes ou atuam nas coordenações das escolas públicas municipais e estaduais, outrora, espaços ocupados por professores sem formação acadêmica. Como reflexo da educação a distância, pode-se afirmar neste caso, que houve uma alteração significativa do cenário das escolas públicas e de todo seu processo pedagógico, alargando os horizontes da prática educativa e possibilitando maiores e mais aprofundados momentos de reflexão e estudos com os alunos, o que vale dizer mais motivação e significativa melhora na educação brasileira.

Outra participação bastante relevante dos universitários e egressos da UNITINS – EaD neste microterritório, foi a criação de dois fóruns de participação e gestão comunitária, o Fórum de DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e o Fórum Pró-agenda 21, respectivamente nos anos de 2003 e 2004, sendo ambos basicamente constituídos por egressos e universitários dos cursos da UNITINS – EaD.

O Fórum de DLIS de Pequizeiro seguiu a metodologia do Programa Comunidade Ativa, impelindo um caráter de estudo da realidade local como pressuposto aos debates entre os diversos atores do município, desde o poder público até comerciantes, de assentados a professores. Os espaços de gestão e propositura nesta instância participativa de debates passaram, gradativamente, a serem ocupados por acadêmicos e egressos, conduzindo reflexões mais fundamentadas e construindo redes sociais com melhor sustentação. Reflexos concretos importantes podem ser destacados neste caso, como a participação do fórum na elaboração do Plano Plurianual – PPA do Estado do Tocantins e a elaboração, com posterior propositura – ao poder público – de projetos de produção de mel e de beneficiamento de pequi, que vinham ao encontro das potencialidades naturais e demandas sociais da região.

Os trabalhos do Fórum de DLIS foram tão intensos que, extrapolando os pequenos investimentos do poder público nos seus projetos principais (produção de mel e beneficiamento de pequi), foi constituída uma associação de produtores, que em 2007, obteve êxito na prospecção de parcerias, inclusive com financiamento do Programa PPP-ECOS, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Na vertente mais ambientalista da atuação dos universitários e egressos da UNITINS – EaD, o Fórum Pró-agenda 21, focou a estruturação de uma Brigada de Incêndios e do estabelecimento de diálogos intersetoriais e inter-municipais para a promoção da sustentabilidade na sub-bacia hidrográfica do rio Bananal – Araguaia, congregando

produtores rurais, poder público, empresários, professores, acadêmicos e comunidade em geral.

Ainda dentro do âmbito das questões ligadas ao meio ambiente, um grupo de universitários e egressos da UNITINS – EaD, passou a fazer parte da composição, diretoria e conselho fiscal da OSCIP Social Desenvolvimento Humano e Comunitário, uma associação criada em 2002 na cidade de Araguacema – TO, a partir do idealismo de professores, universitários e membros da comunidade local, anteriormente envolvidos no Programa Universidade Solidária. Pautados em uma consistente preocupação ambiental, com vistas ao exaurimento da vegetação nativa e assoreamento do rio Bananal e afluentes, a OSCIP Social assumiu em 2004 a responsabilidade por planejar e implantar projetos sócio-ambientais alicerçados na participação voluntária de seus membros e associados.

A Escola de Agroecologia “Vale do Araguaia”, construída em 2004, foi financiada por uma organização sem fins lucrativos da Alemanha, a ARABRAS – Entidade Alemã de Assistência Escolar, e atende a 60 jovens de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental no período inverso ao escolar, que participam de atividades complementares à educação regular.

Posteriormente, a OSCIP Social, já sob coordenação de universitários e egressos da UNITINS – EaD, iniciou o desenvolvimento do Projeto Mel e Vida, em parceria com a Faculdade Guaraí – FAG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Instituto HSBC Solidariedade e UNITINS. O projeto objetiva promover a capacitação das famílias para o desenvolvimento da apicultura, como instrumento para a produção de alimentos, geração de renda e preservação ambiental da região.

Apesar de diversos financiamentos focados no fomento de atividades produtivas e ajudas de custo para transportes e matéria prima, os trabalhos dos Projetos Mel e Vida e Escola de Agroecologia “Vale do Araguaia” estão estruturados sobre a participação de universitários e egressos dos cursos da UNITINS – EaD. Ao final do primeiro semestre de 2007, pode-se destacar como reflexo da presença destes cursos de graduação, no microterritório de Pequizeiro e na sub-bacia hidrográfica do rio Bananal – Araguaia, a reestruturação de redes de cooperação para a sustentabilidade sócio-ambiental, que desta vez não se pauta sobre o vazio de propostas ligadas a pequenos grupos que outrora concentravam o poder, mas sim, sobre uma nova verdade, pautada no conhecimento, na ética e na cooperação. Assim, pode-se afirmar que a formatação de estruturas organizacionais sem finalidades lucrativas, compondo o terceiro setor, em Pequizeiro – Tocantins, é reflexo direto da ação e da reflexão dos cursos de graduação a distância naquele microterritório.

### **Referências bibliográficas**

AUSTIN, J.E. Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor. São Paulo: Futura, 2001.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Municípios em dados. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/bancofederativo/municipioemdados>> Acesso em: 15 jul. 2007.

CAMARGO, M.F. et al. Gestão do terceiro setor no Brasil. São Paulo: Futura, 2001.

COELHO, S.C.T. Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.



COSAC, C.M.D. As práticas profissionais dos assistentes sociais: dimensão interativa na agroindústria canavieira. 1998. 257f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 1998.

DI PIETRO, M.S.Z. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. São Paulo: Atlas, 2002.

DRAIBE, S.M. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? São paulo em perspectiva. São Paulo, ano 11, n.4, p. 3-15, dez.1997.

ENRIQUEZ SOLANO, F. Estrategias para estudiar la comunidad donde vivimos. San José – Costa Rica: EUNED, 2004.

FERRAREZI, E. OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9.790/99. Brasília, DF: Conselho do Comunidade Solidária, 2000.

FISCHER, T. Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, T.; ROESCH, S; MELO, V.P. Gestão social para o desenvolvimento: casos para ensino. Salvador: CIAGS, UFBA, 2004.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, S. (Org.). ONGs e universidades: desafios para a cooperação para a América Latina. São Paulo: Abong, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

LEHFELD, N.A.S.; BARROS, A.J.P. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1991.

LESBAUPIN, I. Poder local X exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M,C.S. et al. Pesquisa social: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Edital FNMA nº 02/2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/fnma/editais2003>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

MOREIRA , M.A.; BUCHWEITZ. Novas técnicas de ensino e aprendizagem: os mapas conceituais e o Vê epistemológico. Lisboa – Portugal:Editora Plátano, 1995.

OHMAE, K. O fim do Estado-nação. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, M.L.; NEVES, N.P. (Org.). Cultivando a pesquisa. Franca: UNESP, 1999.

SCHLITHLER, C.R.B. Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global/IDIS, 2004.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Lei 9394. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seed>>. Acesso em: 18 jul. 2007.